

UNIVERSIDADE BRASIL

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

AUTORES: Alex Sandro Tomazini/Jose Ribamar Silva Júnior

RESUMO

A História é uma das disciplinas obrigatórias no ensino básico brasileiro e desempenha um importante papel na formação integral dos estudantes, noções de identidade, cidadania e respeito à diversidade podem ser alcançadas com o aprendizado em História. Mormente nos primeiros anos do ensino fundamental, o enfoque dado pelas propostas curriculares tem a pretensão de trabalhar a História próxima à realidade do estudante, o direcionamento para elementos do cotidiano auxilia para situá-lo como sujeito histórico.

Palavras-chave: Ensino básico. Saber histórico. História.

INTRODUÇÃO

Dentre os objetivos estipulados para a educação escolar, segundo os documentos que regem o ensino brasileiro, figura com destaque a importância do ensino como viabilizador da formação integral do educando, o qual compreende o desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas, bem como de socialização (BRASIL, 1988; 1996). Logo, é pressuposto que cada área do conhecimento proporcione conhecimentos relevantes à formação do indivíduo como um todo, permitindo que este aplique em sua leitura de mundo os saberes apreendidos na escola (SILVA, 2016). Neste contexto, especialistas da área educacional têm, ao longo das últimas décadas, promovido debates acerca das finalidades e desafios da educação escolar, principalmente nos moldes atuais da sociedade (OLIVEIRA; CAIMI, 2014). Tal discussão adentrou também os campos específicos do conhecimento.

Dados de estudos sobre o processo de desenvolvimento cognitivo do indivíduo e suas implicações na aprendizagem, juntamente com análises das demandas dos diversos níveis da sociedade, nortearam, dentre outros, os debates sobre o ensino de História na educação básica.

OBJETIVOS

O desenvolvimento deste trabalho se dá em torno da análise das potencialidades e desafios da disciplina de História para o ensino fundamental, uma das etapas do nível básico de educação. O ensino de História na educação básica pretende compreender o processo do conhecimento histórico, que auxilia o estudante em seu desenvolvimento e prepara para o exercício da cidadania, finalidade assumida pela educação escolar como um todo.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, utilizaremos como metodologia o estudo bibliográfico de livro, revistas e de artigos científicos publicados na plataforma Scielo.

Os referenciais teóricos, uma vez compilados, serão lidos, estudados e fichados a fim de confeccionar uma redação clara e organizada sobre os principais conceitos que embasam o tema gerador. Durante a redação do referencial teórico, lança-se mão da análise qualitativa e crítica sobre as diferentes concepções e entendimentos sobre o ensino na disciplina de História. Nesse sentido, procura-se apresentar um texto claro e preciso, que servirá de consulta para diferentes públicos e que trará diferentes reflexões sobre o tema tratado.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos em diversos segmentos da sociedade, reafirmando compromissos de um Estado em regime democrático para com a sociedade (LANA, 2017). Em relação à educação escolar a Carta Magna a instituiu como um direito subjetivo a todos os cidadãos, sendo assegurada a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (BRASIL, 1988) visando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Para atingir os pressupostos para a educação brasileira a constituinte promulgou a necessária criação de planos, leis e órgãos, de âmbitos nacional, regionais e locais, que organizassem o sistema de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) foi um dos documentos criados a partir das necessidades apontadas pela constituição. Esta lei, responsável por organizar todo o sistema educacional brasileiro, é, portanto, a mais importante lei neste contexto. Dentre as diversas disposições da LDB, esta organizou os níveis, etapas e modalidades de ensino e instituiu os objetivos da educação escolar, bem como as diretrizes para o conteúdo curricular destes níveis.

O nível básico da educação é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, obrigatória para crianças a partir de quatro anos de idade se estende por toda a infância e adolescência (BRASIL, 1996). Estes períodos – infância e adolescência - são cruciais ao desenvolvimento do indivíduo, principalmente no que se refere à capacidade cognitiva e as noções de sociabilidade (PIAGET, 1970; VYGOSTKY, 1987). Os objetivos estimados para cada etapa educacional e as diretrizes curriculares buscam contribuir para que a experiência escolar seja a mais auxiliadora possível na formação integral do estudante (SILVA, 2016). Neste contexto, duas estratégias estipuladas para atingir o objetivo geral da “formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996) no ensino fundamental (objeto deste trabalho) visam desenvolver a capacidade de aprendizagem, expressa através da apreensão de conceitos concretos – leitura, escrita e cálculo – e abstratos – valores morais e atitudinais. É, portanto, em cada disciplina que tais conceitos serão desenvolvidos.

A LDB estipulou que os conteúdos curriculares do ensino básico devessem respeitar a uma base comum de âmbito nacional, complementada por uma parte diversificada, com características regionais e locais, sem o prejuízo da autonomia dos estabelecimentos de ensino e seus profissionais de trabalhar os conteúdos conforme suas propostas pedagógicas. (BRASIL, 1996) Entretanto, nos currículos do referido nível educacional se tornou obrigatória a abrangência do “estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996). São estes os campos do conhecimento que devem auxiliar o estudante em sua leitura de mundo.

Neste sentido, desde a promulgação da referida lei documentos de abrangência nacional foram criados para atender à demanda de uma base comum. Dentre estes, o primeiro documento a ser elaborado e ainda hoje amplamente utilizado pelos profissionais da educação são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados para servirem de recomendação à prática docente em todos os seus aspectos. Embora não exprima o caráter impositivo de uma lei, mas sim de recomendações, os PCNs buscam dar auxílio ao processo de ensinoaprendizagem para cada área do conhecimento, assim em seus respectivos documentos são abordadas questões referentes às importâncias da disciplina em questão, as características da aprendizagem desta por parte dos estudantes, os conteúdos e seus critérios de seleção, os objetivos para cada segmento do ensino e os critérios de avaliação que permitirão avaliar o alcance destes objetivos (BRASIL, 1998).

A disciplina História na educação básica, segundo a LDB, deve levar em consideração “as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL, 1996). Ademais, é obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas escolares e disciplinas, devendo incluir

“diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 1996).

Tal preferência evidencia a busca, através do ensino da História do Brasil, da construção de uma identidade nacional entre os estudantes (BITTENCOURT, 2004). O estudo das diferentes culturas e etnias em História também reforça o compromisso da educação escolar com o respeito às diversidades e o mérito que as civilizações originárias possuem no processo de formação do país (MATHIAS, 2011).

O ensino fundamental, de acordo com o PCN, é dividido em ciclos, sendo os anos iniciais aqueles que se estendem do 1º ao 5º ano (1º e 2º ciclos) e os anos finais (3º e 4º ciclos) do 6º ao 9º ano, para cada ciclo há um eixo temático a ser trabalhado. Os parâmetros para o ensino de História listou os objetivos e a relevância desta disciplina na formação do estudante para cada ciclo, além dos objetivos gerais que devem ser atingidos pelos alunos no final do ensino fundamental, estes são:

“identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;

- situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;
- compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas; conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais; questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;
- valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades”

(BRASIL, 1998, p. 43).

O saber histórico escolar, ou seja, aquele trabalhado e produzido nas escolas é distinto do saber histórico produzido como campo de pesquisa acadêmica das Ciências

Humanas (BITTENCOURT, 2014). Entretanto, é no conhecimento elaborado pelos pesquisadores e especialistas desta ciência que o saber histórico escolar se baseia, de acordo com seus objetivos (ABUD, 2005). De modo amplo, três conceitos fundamentais são compreendidos no saber histórico escolar, o de fato histórico, de sujeito histórico e de tempo histórico, o trabalho realizado em torno destes conceitos orienta a concepção histórica envolvida na disciplina (BRASIL, 1998).

O ensino de História na educação básica deve estar em consonância com os objetivos da educação escolar como um todo. Um dos objetivos centrais do ensino e, portanto, das escolas é a formação para o exercício da cidadania (BITTENCOURT, 2004). A História, neste sentido, contribui para a constituição da identidade pelo estudante (nacional e individual), a qual associada à formação da cidadania representa segundo Bittencourt (2004, p. 121) “[...] mais explicitamente à do cidadão político”.

Ao ingressar no ensino fundamental a criança se encontra em um momento crucial de seu desenvolvimento cognitivo (NEVES; GOUVÊA; CASTANHEIRA, 2011). Nesta idade – 6 anos – a criança já está com sua capacidade sensório-motora desenvolvida, logo já possui controle motor e noções de espaço, porém no que se refere à capacidade representativa da cognição, que permite apreender e elaborar conceitos subjetivos, ainda se encontra em formação, a qual deve estar completa aproximadamente aos 7 anos de idade (PIAGET, 1970). A escola, portanto, é o espaço onde se dá a continuidade a tal etapa do desenvolvimento cognitivo (GONÇALVES, 2010).

Outro acontecimento de significativa relevância ao indivíduo que ingressa na educação escolar obrigatória é a ampliação de seu convívio social. Passam a ser incorporadas outras realidades à realidade do aluno, provenientes de crianças da mesma idade e/ou mais velhas, de professores e demais profissionais, além de ele ser incorporado a um espaço com características estruturais e funcionais próprias, a escola. A convivência com as diferenças e semelhanças, e o cotidiano do espaço escolar é fundamental à formação social do estudante, e juntamente com o nível de desenvolvimento cognitivo deste, influencia diretamente no processo de aprendizagem (ALTMAYER *et al.* 2012)..

É, portanto, nos primeiros anos do ensino fundamental que a criança desenvolve suas habilidades, competências e conhecimento. Neste sentido, os conteúdos disciplinares devem além de fornecer a base necessária para a continuidade dos estudos, auxiliarem no processo do desenvolvimento cognitivo (VIEIRA; TONIOSSO, 2018).

“História Local e do Cotidiano” e “História das organizações populacionais” são os eixos temáticos propostos pelo PCN para o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental. Espera-se com isso que os estudantes adquiram base para compreender as relações sociais e econômicas de seu próprio tempo e espaço, para assim poder ter visão destas relações em outros tempos e espaços e o que elas implicam em seu cotidiano. Neste sentido, a proposta para o primeiro ciclo é a de que os estudantes

[...] iniciem seus estudos históricos no presente, mediante a identificação das diferenças e das semelhanças existentes entre eles, suas famílias e as pessoas que trabalham na escola. Com os dados do presente, a proposta é que desenvolvam estudos do passado, identificando mudanças e permanências nas organizações familiares e educacionais (BRASIL, 1998, p. 41).

Para Brodbeck (2012, p. 10, apud VIEIRA; TONIOSSO, 2018, p. 23) o ensino de História “[...] deve ter como ponto de partida a compreensão da vida cotidiana de cada aluno, para que ele possa, pelas experiências, entender a dimensão destas experiências na vida de todos os homens”.

A presença de elementos locais do cotidiano e as características organizacionais da sociedade, em seus diversos níveis, na proposta de ensino de História direcionam o olhar para ações de pessoas comuns como objeto de estudo da disciplina, portanto situam-nas como sujeitos históricos (DOROTÉIO, 2016). Tal enfoque procura se distanciar da abordagem tradicionalmente empregada no ensino de História, a qual se centralizava em figuras de apreço nacional e internacional – políticos e líderes de elites sociais. Ademais, a percepção pelos estudantes de elementos da História próximos a sua realidade contribui para a compreensão daqueles como sujeitos envolvidos pela história, e permite que se tenha contato com o processo histórico (BITTENCOURT, 2004).

Portanto, o direcionamento dado à História pelos parâmetros curriculares busca o reconhecimento pelo estudante de sua própria história, para que então este possa progredir para um entendimento mais amplo da História. Este viés auxilia para a construção de uma identidade não somente pátria, mas individual e social (ZAMBONI, 2003).

Diante da relevante contribuição que a História proporciona à formação dos estudantes brasileiros, e a defasagem do ensino básico, expressa atualmente pelos baixos índices de rendimento escolar e as, ainda significativas, taxas de evasão escolar, os professores dessa disciplina encontram diversos desafios no exercício da prática docente (SANTOS; FERMIANO, 2016).

A História por muito tempo foi encarada como uma disciplina imutável, preocupada com acontecimentos ocorridos em tempos longínquos que não se expressam socialmente de forma contínua (ABUD, 2012). Tal carência de abordagem integrada dos conteúdos reflete, ainda hoje, em um ensino marcado pela exposição de fatos que, no entendimento dos estudantes, não se relacionam com a realidade atual (CAIMI, 2006).

Há ainda na disciplina História a concepção, por parte de alguns professores, de um ensino pautado pela memorização, focado em personagens ícones e datas marcantes – principalmente expressas por meio de feriados nacionais. Neste contexto, Abud (2012, p. 558) explicita que

Tal concepção auxiliou o enraizamento de representações negativas sobre a disciplina e seu ensino e transpôs para o imaginário escolar a ideia da sua desimportância e da falta de necessidade de seu ensino. Os professores da primeira fase do ensino fundamental que carregam essa experiência negativa, também a repassam para seus alunos, evitando ao máximo trabalhar, em suas salas de aula, tais conteúdos.

É comum em relatos de alunos o descontentamento com métodos de ensino que priorizam o “decoreba”, levando-os a considerarem a disciplina como insignificante (CAIMI, 2006).

Especificamente para os anos iniciais do ensino fundamental os desafios se revelam principalmente no que se refere a questões didáticas, uma vez que as crianças não possuem ainda capacidade representativa totalmente desenvolvida, importante para conceber idéias subjetivas como a de tempos passados. Tal fato abre questionamentos sobre a real possibilidade de se ensinar História para crianças, e sendo possível, sobre como seria o melhor caminho para que se efetive este processo (OLIVEIRA; CAIMI, 2014).

Outro desafio nestes primeiros ciclos do ensino, em algumas realidades escolares, é a maior significância dada a outras áreas do conhecimento em detrimento à História. Este acontecimento pode ser constatado pelo diminuto número de aulas destinadas à disciplina História em alguns estabelecimentos escolares (DOROTÉIO, 2016). Assim, a preocupação principal acaba sendo a alfabetização e ensino de cálculos matemáticos, sem tentativas de integrar o saber histórico neste processo (SILVA; FONSECA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável a contribuição da disciplina História para a formação integral dos educandos no ensino básico, principalmente no que se refere a noções identitárias. Faz-se necessário o conhecimento das características históricas da sociedade para a plena inserção do estudante nesta, e assim se identifique como sujeito histórico, participante da e beneficiado pela História.

Entretanto, apesar da importância desta disciplina é comum o desprezo por parte dos estudantes, levados a considerar a História como insignificante devido a abordagens pouco ou nada contextualizadas com a realidade atual. É imprescindível, portanto, a ação conjunta dos profissionais da educação para desconstruir pensamentos equivocados acerca da História, e situá-la como um conhecimento imprescindível para a convivência em sociedade e exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 11, p. 25-34, jul. 2005.

ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antítese**, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012.

ALTMAYER, Camila et al. Ambiente escolar, familiar, e social: suas influências na alfabetização. **Revista Conhecimento Online**, v. 1, n. 4, mar. 2012.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2006.

DOROTÉIO, Patrícia Karla Soares Santos. Ensinar História nos anos iniciais do ensino fundamental: desafios conceituais e metodológicos. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 207-228, jul./dez. 2016.

GONÇALVES, Teresa N. R. Promoção de habilidades cognitivas e educação: um modelo de análise de programas de desenvolvimento cognitivo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 564-598, set./dez. 2010.

LANA, Zilda Maria de Oliveira. Os avanços dos direitos sociais e da educação na Constituição Federal de 1988 e a judicialização como remédio para a má gerência do Estado. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 48-65, mai./ago. 2017.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, v. 15, n.1, p. 40- 49, jan./abr., 2011.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; GOUVÊA, Maria Cristina Soares; CASTANHEIRA, Maria Lúcia. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 121-140, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; CAIMI, Flávia Eloisa. A História ensinada na escola: é possível pensar/agir a partir do todo? **Interações**, Campo Grande, v. 15, n.1, p. 89-99, jan./jun. 2014.

PIAGET, Jean. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

SANTOS, Adriane Santarosa; FERMIANO, Maria Belintane. **Ensino de História para o fundamental 1: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto. 2016.

SILVA, Angelina do Nascimento. **Currículo e formação integral do estudante no cotidiano escolar**. 2016. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2016.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

VIEIRA, Angélica Catarino; TONIOSSO, José Pedro. O ensino da História nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções dos professores sobre a prática em sala de aula. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v.5, n.1, p. 22-42, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica. **História & Ensino**, Campinas, v. 9, p. 97-108, out. 2003.